

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 1675 / 2018	26/01/2018	2018/300.10.005/80	Contratação Pública

ASSUNTO: Escolha e início de procedimento nº 80/2018

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de serviços na modalidade de avença para a área da educação
Código CPV: 98390000 -3 Outros Serviços, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Tipo de Procedimento – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com o documento n.º 1082 de 16/01/2018, com origem no serviço de Gestão de Recursos Humanos, o qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação tem como objeto a aquisição de serviços na modalidade de avença para a área da educação.

II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, define-se como valor base para este procedimento **€ 14.417,76 (catorze mil quatrocentos e dezassete euros e setenta e seis cêntimos), acrescido de IVA 23% e com retenção de IRS (25%)**, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como suporte a informação da Gestão de Recursos Humanos, registo 1082.

III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/01.01.07 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2018, conforme documento anexo – Informação da Gestão de Recursos Humanos n.º 1082.

IV – Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 20.000,00, propõe-se a adoção de um

procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Atendendo a que nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 20.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de prestação de serviços em causa, solicita-se, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à empresa **Daniela Sofia Pacheco Vilhena Louzeiro - NIF 208695788**. Considerando que a escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.
- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

VI – Outras Exigências Legais

A Câmara Municipal emitiu parecer favorável, em 18/01/2018, no que respeita à verificação do requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 16 de maio.

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que a Chefe da DDS, Margarida Mestre, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação

prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Em conformidade com o disposto no art.º 94.º do CCP, os termos da adjudicação devem ser reduzidos a escrito em data conveniente para as duas partes, no prazo máximo de 5 dias úteis após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)
